

## “Artes e Letras Coloniais/Ultramarinas” no Boletim Geral das Colónias e do Ultramar

---

SANDRA SOUSA  
UNIVERSITY OF CENTRAL FLORIDA

### Resumo

Neste ensaio proponho discutir o Boletim Geral das Colónias e o Boletim Geral do Ultramar como veículos informativos sobre o campo da arte e das letras durante o Império Colonial Português. Tendo por base a publicação mensal neste Boletim, a partir de Abril de 1945, de uma secção de “Artes e Letras Coloniais,” pretendo averiguar e discutir a súbita integração de um espaço dedicado à divulgação literária e cultural; a forma como esta divulgação é transmitida ao público; as vantagens deste tipo de divulgação no espaço colonial português; a dinâmica entre o centro e as periferias; e, num sentido mais abrangente, como este espaço contribuiu para a construção de um imaginário cultural sobre as colónias e sobre Portugal colonizador.

### Palavras-chave

Boletim Geral das Colónias/Ultramar; divulgação literária e cultural; projecto colonial português

Um dos primeiros esforços em termos de imprensa no sentido de impulsionar o projecto colonial português foi a criação do então denominado Boletim da Agência Geral das Colónias cujo primeiro número sai a Julho de 1925. A criação deste Boletim resulta, nas palavras de Armando Zuzarte Cortesão—Agente Geral das Colónias e Director do Boletim—, de uma evolução da ideia colonial que tem de “há vinte anos a esta parte, influído de tal maneira nas directrizes a seguir pelos povos colonizadores, que a orientação e sobretudo os processos usados são hoje absolutamente diversos do que eram então” (*Boletim*, julho 1925, 4). Boletim mensal, adquire várias designações ao longo do tempo: de 1925 a 1935 é chamado de Boletim da Agência Geral das Colónias, de 1935 a 1951 Boletim Geral das Colónias e, desde 1951 a 1974, Boletim Geral do Ultramar. Estas mudanças nominais reflectem alterações sistemáticas na política colonial do Estado Português. O Boletim tornou-se então o “órgão oficial da acção colonial portuguesa [propondo-se] fazer a propaganda do nosso património colonial, contribuindo por todos os meios para o seu engrandecimento, defesa, estudo das suas riquezas e demonstração das aptidões e capacidade colonizadora dos portugueses” (*Boletim*, julho 1926, s/p).

Se tivermos em conta o campo cultural, literário e artístico, uma das primeiras medidas usadas no sentido de promover a “ideia colonial” no espírito dos portugueses foi a criação de um Concurso de Literatura Colonial promovido e iniciado pela Agência Geral das Colónias e divulgado através do seu Boletim<sup>1</sup>. A utilização da literatura—de uma determinada índole, é certo, proporcionada através da atribuição de prémios— como veículo transmissor de uma certa ideologia que se pretende inculcar na população portuguesa em relação ao mundo colonial foi principalmente efectuada através deste concurso realizado de 1926 a 1968.

No entanto, o investimento do governo não se deixou ficar por aqui. Quase vinte anos depois do início do Concurso de Literatura Colonial e, de forma talvez inesperada, em Abril de 1945 no seu número 238, o Boletim Geral das Colónias começa a publicar um espaço intitulado “Artes e Letras Coloniais” assinado por Augusto da Costa, escritor e investigador da literatura e cultura portuguesa que 27 anos mais tarde publica três artigos na revista progressista *Seara Nova*. De acordo com o autor, é de louvar a introdução no Boletim de uma rubrica dedicada às artes e às letras coloniais. A razão para tal é evidente:

publicam-se cada vez mais livros, tanto de ficção como de estudo, tendo por quadro ou finalidade paisagens ou costumes, a política ou a economia das nossas terras ultramarinas, e tais obras não podem deixar de merecer referência, maior ou menor, numa publicação que se destina a dar conta regular da nossa vida colonial. (*Boletim*, abril 1945, 94)

Nos vários anos em que se redigiu a “Crónica Colonial” a cultura colonial foi tema a que se deu importância e, subsequentemente, não deve ser esquecida por um país que tem colónias por vocação missionária, segundo Augusto Costa.

De facto, esta cultura foi esquecida durante os anos posteriores à revolução do 25 de Abril de 1974 que trouxe consigo a independência das colónias portuguesas e o fim da era colonial. Examinar o modo como a cultura artística, no geral, e a literatura, em particular, foram instrumentalizadas pelo projecto colonial durante o Estado Novo torna-se uma necessidade no sentido de se compreender os mecanismos da imposição do domínio colonial português em África. Este interesse transcende o puramente histórico e ressoa na sociedade do presente. Exemplos de tal seriam o caso de romances como *Deixei o meu Coração em África* (2005) de Manuel Arouca, *Os Retornados* (2008) de Júlio Magalhães, *O Último Ano em Luanda* (2008) de Tiago Rebelo e *A Balada do Ultramar* (2009) de Manuel Acácio, os quais focam o passado colonial encenando vários aspectos do lusotropicalismo<sup>2</sup>. O uso da cultura artística foi ainda importante no sentido de consolidar

apoio nos domínios político e económico durante o processo colonizador. Compreender como o trabalho criativo foi usado ao serviço do Estado oferece uma janela única tanto do processo histórico colonizador como dos seus impactos na sociedade contemporânea.

A análise da secção “Artes e Letras Coloniais” permite-nos discutir a importância de um espaço dedicado à divulgação literária e cultural no Boletim Geral das Colónias (Ultramar) no conjunto do projecto colonial e avaliar a forma como esta divulgação foi transmitida ao público. Facilita igualmente perceber as vantagens deste tipo de divulgação no espaço colonial português e entender a dinâmica entre o centro e as periferias. Por último, e num sentido mais amplo, podemos ter algumas achegas de como este espaço contribuiu para a construção de um imaginário cultural sobre as colónias e sobre Portugal colonizador.

Voltando a Augusto Costa no seu primeiro comentário sobre a inserção da coluna “Artes e Letras Coloniais” no Boletim é de notar o queixume sobre a tendência geral portuguesa para, não apenas a cópia do que é estrangeiro, mas para o seu consumo. Tal revela-nos desde logo o sentido utilitário da literatura como forma de construção de uma identidade nacional tendo por componente central a missão colonizadora. Segundo ele, há “uma febre [em Portugal] das literaturas estrangeiras, em traduções muitas vezes mal-intencionadas” (*Boletim*, abril 1945, 95). Sendo este o caso, “não será demasiado pedir igual audiência para a literatura portuguesa de temas coloniais” (*Boletim*, abril 1945, 95). A sua crítica continua, incidindo num pressuposto espírito complacente e inerte dos portugueses:

tratando-se de obras técnicas—política, administração ou economia—deverão ser levadas ao conhecimento das novas gerações, que nas escolas superiores procuram os caminhos do seu futuro, abrindo-lhes perspectivas mais risonhas—sob o ponto de vista individual—e mais úteis—sob o ponto de vista nacional—do que um simples lugar de oficial nas Secretarias do Terreiro do Paço, com horas de sobra para frequentar os cafés do Rossio. (*Boletim*, abril 1945, 95)

Em todo o caso, é absolutamente urgente e necessário que estas obras não caiam na prateleira dos livros esquecidos ou nunca lidos uma vez que elas “trazem valioso contributo para a formação de uma mentalidade imperial portuguesa” (*Boletim*, abril 1945, 95).

Numa fase em que Augusto da Costa classifica de um “renascimento das letras e artes” em Portugal, é importante que os cidadãos do país não confundam valores. A pergunta por si colocada é de importância essencial para o estudo aqui em causa, na medida que ajuda a entender o cerne da questão e a avaliar a decisão de se inserir no Boletim Geral

das Colónias uma coluna dedicada à literatura e às artes: “em que medida contribui esse renascimento das artes e das letras para a formação de uma cultura verdadeiramente nacional?” (*Boletim*, abril 1945, 95). A questão aqui é uma de separar o trigo do joio em termos literários, ou talvez melhor ainda, de encher o saco apenas com o mesmo tipo de cereal. A resposta de Augusto da Costa ajudará a clarificar o meu comentário anterior:

Livros nem sempre são *obras*; e as obras—mesmo quando assim possam chamar-se—nem sempre correspondem às necessidades da cultura nacional. Nem para os indivíduos, nem para os povos, a cultura constitui um fim em si mesma; é um meio ao serviço de um fim, instrumento subordinado, portanto, a uma finalidade que o supera, qual seja a elevação espiritual dos indivíduos e, através dela, a valorização da consciência dos povos. Compete aos escritores, pois, escrever obras que aumentem o património da cultura nacional; compete à crítica apreciá-las; compete à imprensa—revista ou jornal—divulgá-las. (*Boletim*, abril 1945, 95-96)

É interessante verificar que a primeira obra que Augusto da Costa escolhe para recensar é uma tese (e não um romance ou um livro de poesia) e que o intuito desta escolha não é de veras inocente. Estamos no rescaldo da Segunda Guerra Mundial e podemos inferir das palavras de Costa que a literatura é apenas um meio para atingir outros fins. A tese escolhida tem como tema a *Colonização Étnica da África Portuguesa*, apresentada no II Congresso da União Nacional por Vicente Ferreira, engenheiro e colonialista. Na referida tese, o autor argumenta que, devido às circunstâncias mundiais, é de extrema necessidade colocar o excedente de população metropolitana em África. Em jogo estão não apenas interesses económicos e sociais mas, principalmente, políticos. Augusto da Costa aproveita para enfatizar que o que está em jogo não é saber se o mundo de amanhã será democrático ou totalitário, e sim “a defesa duns contra a hegemonia doutros povos, tome essa defesa a forma activa do ataque ou a forma passiva da resistência” (*Boletim*, abril 1945, 97). Até aqui, nada a julgar. No entanto, a contradição aparece imediatamente e de forma clara: o que importa é afastar as garras de alguns países hegemónicos para que Portugal não perca a sua hegemonia e poder em relação às colónias africanas que possui. Tenha-se em atenção as palavras de Augusto da Costa:

No plano dos princípios, desejamos que da guerra saia vitorioso o direito dos povos de disporem livremente dos seus destinos, em colaboração sim mas não com subordinação aos povos mais fortes ou mais ricos; no plano das realidades, devemos acautelar cada vez melhor o que nos pertence; e a

melhor maneira, para um povo colonial, de acautelar o que lhe pertence, é povoar os seus territórios e desenvolver o seu potencial económico de modo, por um lado, a elevar o seu nível de vida e, por outro, a não oferecer estímulos à cobiça alheia, sob o pretexto fácil de incapacidade de auto-administrar-se. (*Boletim*, abril 1945, 97)

Existe uma urgência de enviar famílias de raça branca para África a fim de colmatar um dos maiores problemas—e aquele de onde lhe advém a falta de respeito e o quase desprezo de outros países—da colonização portuguesa: o desenvolvimento económico. Só assim Portugal se salvará das tentativas “de apropriação por elementos estrangeiros” (*Boletim*, abril 1945, 101). Sucintamente, nesta primeira coluna sobre artes e letras fala-se de quase tudo, menos de arte, resvalando, ao longo de várias páginas, numa exposição (ou especulação) sobre os caminhos e os processos mais favoráveis para uma eficaz colonização por parte dos portugueses dos seus territórios africanos.

A coluna “Artes e Letras Coloniais” de Junho de 1945 mostra-se interessante no sentido em que nos proporciona uma achega sobre a dinâmica cultural e literária entre a metrópole e as suas colónias. Tendo várias obras para mencionar—todas elas de matérias diferentes, que vão desde a poesia à administração, no entanto, todas “orientadas no mesmo sentido imperial, animadas pelo mesmo desejo de aproximar os portugueses do seu império ultramarino” (*Boletim*, junho, 1945, 306-307)—Augusto da Costa decide dar prioridade à brochura de José Osório de Oliveira sobre poesia de Cabo Verde cujo título é *Poesia de Cabo Verde*. Augusto da Costa justifica esta decisão com o facto de os povos não poderem viver sem administração, mas também sem o encanto da poesia. Pergunta-se então se existe uma literatura cabo-verdiana. Citando Osório de Oliveira, há em Cabo Verde “um saber humanístico e gosto pelas belas-lettras que o isolamento não conseguiu apagar, antes parece ter afervorado” (*Boletim*, junho, 1945, 308).

Contudo, a pergunta fulcral é a seguinte: “Conhecemos nós, na Metrópole, a literatura caboverdeana?” (*Boletim*, junho, 1945, 308). Aparentemente, e segundo o lamento de Augusto da Costa, a resposta é não. Nas palavras do crítico este “é defeito muito português—sobretudo do português moderno, que à força de querer pertencer ao seu tempo se esquece de que pertence, antes de tudo à sua Pátria—é defeito muito generalizado entre nós conhecermos mais o estrangeiro do que o nacional” (*Boletim*, junho, 1945, 308). A respeito da insensibilidade portuguesa para o que é “nacional das colónias” fornece ainda o exemplo da “morna” que apesar de dominar “pela música e pela letra, todas as restantes manifestações artísticas populares da gente crioula é menos conhecida

em Portugal do que o samba brasileiro ou o *swing* americano” (*Boletim*, junho, 1945, 308). O problema desta “ignorância” portuguesa é que cria uma lacuna, ou mesmo um vácuo, nas relações entre os portugueses e os supostamente “também portugueses” habitantes das colônias. Se se pretende uma colonização eficaz que justifique a grandeza do Império e o afaste das garras estrangeiras é necessário haver um intercâmbio cultural que faça com que todos os cidadãos espalhados pelas diferentes colônias se sintam como parte da mesma unidade nacional. Citando novamente Osório de Oliveira, “os caboverdeanos precisam de sentir que no país a que pertencem, ou melhor: na nação de que fazem parte, que amam e servem, até ou principalmente quando fazem poesia, há corações capazes de entender os seus soluços nostálgicos e os seus gritos de ansiedade” (*Boletim*, junho, 1945, 308).

Mudando em seguida de colônia, desta vez para os apontamentos do General Henrique de Carvalho sobre a Guiné, Augusto da Costa é novamente peremptório em relação à atitude dos portugueses. Refere ele que “o português de Lisboa sabe muito bem que possui territórios ultramarinos, mas sabe muito mal onde eles ficam e quanto valem. Não seria mau, portanto, que folheasse de vez em quando livros como este, infinitamente mais proveitosos para a sua cultura e o seu patriotismo do que os folhetos de propaganda estrangeira e as conversas de café” (*Boletim*, junho, 1945, 309). Este tipo de livros, portanto, pode proporcionar ao cidadão português um sentido de admiração por tudo quanto fizeram os seus heróicos antepassados por esse “mundo que o Português criou<sup>3</sup>” (*Boletim*, junho, 1945, 309) ao mesmo que tempo urgindo-lhes a necessidade de não deixar perder o património ultramarino.

Augusto da Costa acaba por terminar esta sua coluna, uma vez mais, falando mais de política do que de livros, ou talvez melhor, da política dos livros. E mais uma vez também a crítica aos portugueses. Segundo ele, existe hoje um *plano*, um *rumo* e um *comando* na política colonial portuguesa. Estes “estão na consciência e na inteligência dos governantes; estarão igualmente na inteligência e na consciência dos governados?”— pergunta. A resposta é a de que

mentiríamos se disséssemos que a Nação, no seu conjunto, não vibra perante as ofensas feitas por terceiros aos nossos direitos históricos: mas, neste caso, intervém mais a sensibilidade do que a razão (sem que haja, evidentemente, incompatibilidade entre ambas); ora, precisamos deslocar a questão do plano da sensibilidade para o plano da inteligência, completando as razões instintivas de umas pelas razões racionais da outra. Não basta reagir contra as ofensas feitas aos nossos direitos; é preciso que tenhamos

consciência nítida desses direitos e a inteligência dos meios necessários à sua conservação. Por outras palavras: não nos basta um património retrospectivo, antes carecemos de um património *prospectivo*, que veja os nossos domínios ultramarinos mais no plano do futuro do que no plano do passado. (*Boletim*, junho, 1945, 311-12).

Em Fevereiro de 1948 no seu número 272, Augusto Costa faz uma recensão crítica—que ele chama de “notação”—ao livro de Gastão de Sousa Dias, *Como Serpa Pinto Atravessou a África*. O raciocínio por detrás desta escolha advém não apenas do facto de o editor lhe ter enviado uma cópia, mas “porque todos os pretextos devem ser aproveitados para louvar a publicação de livros como este, lições vivas de patriotismo, espelhos fiéis do heroísmo português ao serviço da Pátria” (*Boletim*, fevereiro, 1948, 52). É de assinalar que Augusto Costa confessa preocupar-se muito mais com a substância das obras do que com o estilo dos autores. Refere o colunista: “Quer dizer: atendendo ao fim principal das obras, pouco nos importam os possíveis deslises que os autores revelam no seu estilo, tanto mais que o propósito dos autores não é escreverem obras de arte mas apenas a divulgação de algumas das páginas mais gloriosas da nossa epopeia colonial” (*Boletim*, fevereiro, 1948, 53). Quanto ao estilo refere que este é claro, simples e directo, “como convém à natureza da narrativa e ao público a que se destinam” (*Boletim*, fevereiro, 1948, 53). Costa não se detém muito mais em algum tipo de análise ao livro de Gastão de Sousa Dias, a sua preocupação é essencialmente a de um propagandista literário cuja missão é mudar a mentalidade e os hábitos de leitura e escrita no Portugal colonial. Segue-se o lamento: “Quantos livros se podiam escrever para a mocidade das escolas, que engana as suas necessidades de imaginação com detestáveis romances policiais, indo buscar o fundo aventuroso e romântico à nossa história colonial, tão rica e tão bela!” (*Boletim*, fevereiro, 1948, 54). Afinal a história colonial portuguesa é um poço quase sem fundo de “temas capazes de deslumbrar a imaginação dos nossos rapazes e de canalizar o seu interesse para a vida colonial” (*Boletim*, fevereiro, 1948, 54). Da exploração científica do Brasil às façanhas belicosas em que Mouzinho “figura como um semi-deus invencível” (*Boletim*, fevereiro, 1948, 54), os escritores portugueses parecem ter mais pano que mangas neste Portugal que pretende imperar em África. Augusto Costa prossegue com o queixume:

Faz pena, na verdade, verificar que num país que possui uma história colonial inigualável e que precisa por todos os meios de canalizar para os seus domínios ultramarinos a sua população excedente, não seja capaz de criar uma literatura que saiba aproveitar esse filão de ouro, em que o

maravilhoso se oferece tão espontaneamente às mãos vibrantes que o queiram e saibam modelar. (*Boletim*, fevereiro, 1948, 54)

A intenção é pois e uma vez mais, tal como aconteceu com o Concurso de Literatura Colonial, incentivar através da literatura os portugueses a emigrarem para África e abraçarem de corpo e alma o projecto colonial português.

O problema já tão debatido e aparentemente sem solução tem a ver com o desinteresse por este tipo de livros que, segundo Costa, “deveriam andar nas mãos de todos os rapazes” (*Boletim*, fevereiro, 1948, 55). Obviamente, não se mencionam as raparigas, mas estas devem estar incluídas na designação de “novas gerações” a que se devem explicar “quem foram os heróis do nosso passado, tanto remoto como imediato” (*Boletim*, fevereiro, 1948, 55) para que no futuro não impere a ignorância completa, mais a mais que “a cultura colonial [se] eleva dia-a-dia, enriquecendo o património cultural da Nação” (*Boletim*, fevereiro, 1948, 55).

Importa ainda notar que Augusto Costa faz referência, com intenções comparatistas, ao que se passa na Guiné. Aludindo ao Comandante Sarmiento Rodrigues, Governador da Guiné, afirma que neste espaço colonial, de repente houve uma preocupação com “as coisas do espírito” e se começou a estudar o meio. O *Boletim Cultural*, produzido na Guiné, “tendo começado por ser uma revista de cultura colonial, [...] emparelha com o melhor do que por esse mundo se edita” (*Boletim*, fevereiro, 1948, 56). Augusto Costa pergunta-se: “porque não fazem outro tanto, porque não seguem o exemplo da Guiné as nossas outras colónias e províncias ultramarinas?” (*Boletim*, fevereiro, 1948, 56).

A resposta é porventura o vazio, o silêncio, e a luta de Costa continua. A sua coluna de “Artes de Letras Coloniais” é todos os meses orientada no mesmo sentido imperial, animada pelo mesmo desejo de aproximar os portugueses do império ultramarino a que pertencem e do qual parecem oblívios.

Chegado o ano de 1951, “uma revisão da Constituição substituiu a ideia imperial típica do período entre as duas Guerras Mundiais, expressa no Acto Colonial, por uma concepção assimilacionista, onde as colónias se transformavam em «províncias ultramarinas», formando com a metrópole uma nação una” (Alexandre, 195). Em Agosto desse ano, no nº 314, o *Boletim* muda novamente o seu nome para *Boletim Geral do Ultramar*. Ao mesmo tempo, a coluna “Artes e Letras Colonias” passa a designar-se por “Artes e Letras do Ultramar.” Em 1950 no número 305, esta coluna passara a ser assinada por António Alberto de Andrade. Dois aspectos há a ressaltar em relação à sua estreia. Em

primeiro lugar, o primeiro livro que António Alberto de Andrade escolhe para recensear é a *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*, coligida e anotada por António da Silva Rego. A escolha das obras não sofre uma mudança apesar da mudança de nome de quem está agora ao encargo desta missão. Além disso, a escolha do vocabulário na apreciação deste livro continua a ser tendenciosa no sentido de salvaguardar a importância do império. Termos como “patriótico,” “glórias pátrias,” “epopeia” (*Boletim*, novembro, 1950, 43) têm aquele sabor dos séculos das Descobertas. Em segundo lugar, importa referir que António Alberto de Andrade termina esta coluna com um louvor ao benefício que resulta das publicações de estudos científicos—quando o espaço se intitula “artes e letras”—evidenciando uma em particular. Segundo ele, o trabalho intitulado *Medições de inteligência de algumas tribus indígenas da Zambézia e do Niassa (Moçambique)* “é dos que deviam ser divulgados, ao menos pelas Faculdades, nacionais e estrangeiras, que se ocupam de estudos de psicologia. Insere curiosa observação das reacções a vários *testes*, de indivíduos de raça negra, que muito contribuirão para mais cabal conhecimento da psique africana” (*Boletim*, novembro, 1950, 48).

No primeiro número de “Artes e Letras do Ultramar,” António Alberto de Andrade decide falar de poesia e música. Se a reacção em relação ao que é feito no estrangeiro já tinha sido notória nas recensões de Augusto da Costa, aqui o rumo continua a ser o mesmo. Apesar de apregoar que “a vida cultural em várias das nossas possessões ultramarinas é uma realidade palpável” (*Boletim*, agosto, 1951, 99) embora modesta, o autor enfatiza que esta “modéstia das suas realizações ressalta quando a comparamos, por exemplo, com a actividade intelectual do Congo Belga” (*Boletim*, agosto, 1951, 99). E prossegue elogiando o trabalho elaborado pela União Africana das Artes e das Letras, fundada em 1946 em Elisabethville. De acordo com António de Andrade, esta União

consegue ser a coordenadora das letras e artes do Congo Belga, proporcionando aos brancos, o ambiente espiritual e artístico a que estavam acostumados no continente europeu, ao mesmo tempo que cria uma sensibilidade mais rica no meio dos negros, fazendo-lhes apreciar melhor e desenvolver harmonicamente a sua arte, com as novas aquisições fornecidas pela arte branca. (*Boletim*, agosto, 1951, 100)

O intercâmbio aqui, se é que assim pode ser chamado, tem apenas uma direcção e pressupõe uma superioridade da arte branca.

Apesar de lamentar que nas províncias ultramarinas não haja “nenhuma instituição similar que desenvolva tão intensa actividade,” refere a existência de “uma série de núcleos

de boas vontades” (*Boletim*, agosto, 1951, 100). Tal explica o êxito e a conquista do prémio “Cidade de Paris” por parte de um pianista moçambicano (ou melhor, português natural de Moçambique), de nome Sequeira Costa, no Concurso Internacional Marguerite Long-Jacques Thibaud.

Em relação à poesia das províncias ultramarinas, afirma que “sem atingir uma característica comum, nem mesmo adentro de cada uma delas, vai-se manifestando em pequenos poemas líricos, que as revistas literárias ou já os pequenos volumes nos trazem de vez quando” (*Boletim*, agosto, 1951, 100-01). Na sua perspectiva, a poesia das províncias ultramarinas encontra-se ainda no berço da infância, não apalpando “a consciência vigorosa da maioridade, a perfeição do ritmo, o enlevo de formas ou o perfume poético das composições de Camões, João de Deus, Augusto Gil, António Nobre, Florbela Espanca, Fernando Pessoa” (*Boletim*, agosto, 1951, 101). Refere-se à poesia de Fonseca do Amaral, Manuel Aranda, Rui de Noronha, Noémia de Sousa e Tomás Vieira da Cruz. A apreciação da poesia destes nomes “ultramarinos” é feita de forma perspicaz: valorizando por um lado, desvalorizando por outro, não sem um tom de ironia. Nas palavras de António Alberto de Andrade:

O cenário é exuberante, a vida da selva ou da cidade africana tem dramatismo e desperta sensações tão fortes como a vida europeia, asiática ou americana. O meio ambiente, enquanto não estiver impregnado dos eflúvios artísticos que costumam ser parte importante na elaboração poética, é que pode impedir a floração dos verdadeiros poetas. Na expressão feliz de Rabindranath Tagore, continua descuidada a brincar com as pulseiras e com a água, em vez de encher a bilha e voltar para casa....  
(*Boletim*, agosto, 1951, 101)

Termina de forma abrupta afirmando que há esperança, passando a outro, completamente diferente e que faz perfeito sentido na coluna de artes e letras, assunto: o da história da medicina no ultramar, cuja importância é escusado encarecer e que, pelo que dá a entender, superior ao tópico das humanidades.

No mês seguinte, António Alberto de Andrade dedica-se a fazer uma lista das edições da Agência Geral do Ultramar, dando ênfase à publicação mensal do *Boletim* que “já é, e principalmente será no futuro, com o passar dos anos, o melhor repositório dos mais variados assuntos que interessam ao Ultramar, quer sob a forma de estudos, que na faceta de pequenas notícias” (*Boletim*, setembro-outubro, 1951, 112).

Saltando um par de anos, encontramos um elogio a um pintor moçambicano, António Manuel Calçada Bastos Aires, por ora do seu falecimento com apenas 22 anos. António Alberto de Andrade afirma que “Moçambique pode orgulhar-se de António Aires, que soube deixar valioso contributo para o engrandecimento artístico da sua bela terra” (*Boletim*, agosto, 1953, 60).

Esta é uma crónica fascinante no sentido em que Andrade dedica várias páginas ao assunto da literatura colonial a propósito de um “pequeno livrinho” que Rodrigues Júnior lhe enviou sobre o assunto. Andrade afirma que para Rodrigues Júnior é básico—e ninguém contestará—que “só pode produzir-se literatura colonial (...) conhecendo bem a alma do preto e as condições em que ele vive” (*Boletim*, agosto 1953, 61). Andrade admite que o conhecimento de *visu* é essencial para escrever este tipo de literatura que é, certamente, uma tarefa difícil, mas no entanto, não impede que os que nunca puseram pé em África não o possam fazer. Afirma: “também cá de longe poderemos conseguir um conhecimento mais ou menos perfeito da idiossincrasia do não-branco” (*Boletim*, agosto, 1953, 61). Tenta, sobretudo, salvar o papel do crítico literário que, segundo ele, “talvez seja, porém, o que menos se ressentir com a falta de conhecimento directo, quando não se quiser meter em pormenores de mais difícil alcance” (*Boletim*, agosto, 1953, 61). E prossegue, “África já não é hoje tão hermética que não se saiba da psicologia do seu povo, se não conheça o seu folclore, se ignorem as suas condições de vida. Muito haverá ainda que revelar. Mas os traços gerais estão definidos” (*Boletim*, agosto, 1953, 61).

E se desculpa, por um lado, o papel do crítico literário, ataca, por outro, o de todo o português que, “no momento presente, tem obrigação de conhecer as províncias ultramarinas como conhece as províncias metropolitanas. Se não pode visitá-las, há-de procurar informar-se daqueles que as calcurrearam com olhos de ver e só depois lhe será lícito falar, escrever ou criticar” (*Boletim*, agosto, 1953, 61). Existe a esperança de que um dia “chegará em que a observação directa seja possível à totalidade dos que precisam de falar ou escrever sobre o Ultramar” (*Boletim*, agosto, 1953, 61). Este é um dos grandes objectivos da política presente.

Alberto de Andrade afirma ainda que, apesar de censurado, o dinheiro que o ministro do Ultramar, Sarmento Rodrigues, tem usado para intercâmbio cultural, “por meio de deslocações pessoais nos dois sentidos—jornalistas, homens da ciência, técnicos de arte, professores de Universidade, rapazes e raparigas da Mocidade Portuguesa” (*Boletim*, agosto, 1953, 62), tem sido uma bênção. Segundo o crítico, “só assim se há-de generalizar a consciência da unidade nacional, que acabará de vez com as diferenças raciais, embora

possam persistir, de Província para Província, as rivalidades que na Metrópole também se entrechocam” (*Boletim*, agosto, 1953, 62). Este é um ideal de Rodrigues Júnior e do governo que tenta usar todos os meios possíveis para justificar a sua presença em África. Fazendo uso das palavras do historiador Yves Léonard, “[t]ratava-se, antes de mais, de colocar o acento nos sentimentos de unidade e de fraternidade que deviam aproximar todos os Portugueses das diferentes componentes do Império” (34). Para tal, a Agência geral do Ultramar, teve como critério o de “procurar na Metrópole quem escreva sobre problemas coloniais editando-lhes os livros” (*Boletim*, agosto, 1953, 62). A Agência publica livros de autores ultramarinos, “entend[endo], por isso, escritores que vivem ou viveram no Ultramar” (*Boletim*, agosto, 1953, 63). Cumprindo com um desejo aparentemente formulado por Rodrigues Júnior, a Agência tem “estimulado os escritores com prémios literários” que, no entanto, “nunca se hão-de considerar como recompensa do trabalho, nem mesmo directo subsídio para custear a despesa de edição” (*Boletim*, agosto, 1953, 63-64).

Numa terceira parte desta longa coluna, António Alberto de Andrade reflecte sobre o movimento da *negritude*, novo movimento—diz-nos ele—que “vai pelo mundo, [...], de consciencialização de um despertar” (*Boletim*, agosto, 1953, 64). Depois de afirmar as óbvias diferenças entre negros e brancos tais como uma psicologia própria dos primeiros, afirma que “a inferioridade dos negros, como homens especificamente tais, nunca encontrou ambiente propício nas nossas ideias de colonização” (*Boletim*, agosto, 1953, 65). Como tal, o movimento literário a que se refere não pretenderá reagir contra o modo português de colonizar. Dizer o contrário, seria ir de encontro às novas políticas coloniais. Refere o caderno *Poesia negra de expressão portuguesa* e termina com uma vã esperança:

Esperemos que o movimento prossiga o seu programa, pondo de lado ‘facções políticas e patriotismos de mal de pote,’ mas sem esquecer que o negro da África portuguesa é realmente novo português e que essa circunstância lhe há-de vincar traços próprios que o distinguirão dos estrangeiros, permitindo-lhe o orgulho de ser português. (*Boletim*, agosto, 1953, 66)

Estamos em 1953, ano em que se promulga a Lei Orgânica do Ultramar que reforça a unidade entre a metrópole e as províncias ultramarinas, aumentando os poderes das autoridades locais. O estatuto do indigenato, “que na prática retirava a cidadania portuguesa à esmagadora maioria da população africana” (Alexandre, 195), é suprimido em São Tomé e Príncipe e Timor, mas continua em vigor em Angola, na Guiné e em Moçambique. De acordo com Valentim Alexandre, “[a] essa situação escapavam apenas os

‘assimilados’—aqueles a quem era expressamente reconhecida a integração nas formas de vida e nos valores da civilização europeia—, que não passavam de uma ínfima minoria (0,8% em 1961, quando o Estatuto foi finalmente abolido)” (195). Em 1954, promulga-se um novo Estatuto dos Indígenas das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique. Segundo Yves Léonard, “[t]eoricamente, este tinha por objectivo último favorecer, por etapas, a assimilação total e a obtenção da cidadania portuguesa” (37). O historiador afirma ainda que no segundo artigo deste Estatuto os indígenas eram definidos como “aqueles indivíduos de raça negra, ou os seus descendentes, que, tendo nascido e vivido habitualmente na Guiné, em Angola ou em Moçambique, ainda não possuem a educação e os hábitos pessoais e sociais considerados necessários para a aplicação integral do direito público e privado dos cidadãos portugueses” (37).

Em 1961, a situação artística não parece ter mudado muito em relação ao início desta coluna de “Artes e Letras Colónias/Ultramarinas.” António Alberto de Andrade lamenta que “África, terra de vida e de cor, ainda não [tenha seduzido] suficientemente os poetas, de molde a inspirar-lhes o grande poema que merece” (*Boletim*, janeiro-fevereiro, 1961, 283). Faz, no entanto, um elogio ao poeta António Sousa Freita que coligiu num pequeno volume alguns poemas inspirados no tema África. Ressalta o facto, mais do que provável, de o poeta nunca ter pisado terra africana. Mas, por isso mesmo, declara o crítico, “é digno de louvor, por tentar sentir a vida pujante que lateja nessa porção de terra portuguesa” (*Boletim*, janeiro-fevereiro, 1961, 284). Talvez seja óbvio que o crítico considere os melhores poemas daquele poeta os de carácter histórico que cantam os feitos do Infante Dom Henrique, Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, Honório Barreto.

Se tivermos em conta os esforços da Agência Geral das Colónias/do Ultramar em ser um veículo transmissor e incentivador do campo literário, cultural e artístico em Portugal, tanto através da abertura do Concurso de Literatura Colonial em 1926 como da abertura de uma secção de “Artes e Letras Coloniais/Ultramarinas” em 1945, podemos afirmar que os seus esforços, em sentido restrito, não foram em vão. Prova disso, é a quantidade de obras de temas coloniais impressos e financiados pela Agência. Como afirma Francisco Noa,

o número de edições e reedições de obras de um autor como Eduardo Paixão, por exemplo, prova que, em particular na ex-colónia, nessa franja de muito menos de 10% de alfabetizados que incluía portugueses radicados e moçambicanos (poucos) assimilados e escolarizados, a literatura colonial, em especial o romance colonial, tinha enorme circulação. (20)

É necessário também ter em consideração que este tipo de iniciativa não se restringiu a Portugal, incluindo-se num sistema mais amplo da colonização europeia dos territórios africanos<sup>4</sup>. Ideias e estratégias foram partilhadas, emprestadas, e circularam entre os diferentes impérios durante a sua fase de intensa expansão imperial. Na realidade, Portugal encontrava-se na esteira dos demais impérios coloniais em relação ao projecto cultural.

Se tivermos em conta o extenso período dos anos 20 até aos anos 60, a adesão do público parece ficar aquém das expectativas pretendidas. Este espaço de crítica literária e artística, que pretendia enfatizar, reforçar e envigorar a presença portuguesa em África e seus discursos legitimadores, acaba por ser um espaço essencialmente de vocalização de frustrações. Tal é óbvio quando se observa o tom quase sempre decepcionado dos críticos da coluna mensal na sua tentativa malograda em “abrir os olhos” do público português para as obras nacionais que parecem ser muito menos pretendidas do que as estrangeiras. O tom de admoestação em conjunto com o de glorificação da nacionalidade e colonialidade são comuns na forma como esta coluna é escrita e transmitida aos leitores do Boletim. A receção do público não corresponde, neste sentido, ao empenhado esforço dos dois críticos da coluna de “Artes e Letras Coloniais/Ultramarinas.” Esse estímulo patriótico tanto da parte do Estado como dos seus fiéis seguidores cai por terra quando confrontado com uma população maioritariamente alheada da questão colonial africana e, por conseguinte, mais interessada na perspectiva cultural estrangeira europeia.

Embora tenha existido a tentativa de promover um saudável intercâmbio literário e cultural entre a Metrópole e as colónias, este surge também ele frustrado. Obviamente a pretensa superioridade cultural do centro não se põe em causa e, talvez, um maior intercâmbio saia prejudicado por essa mesma razão. A dinâmica cultural nunca poderá ser satisfatória se existe um discurso que legitima a presença hegemónica do discurso lusitano. As palavras de Francisco Noa ajudam-nos ainda a perceber outras justificações tal como o analfabetismo, que o crítico atribui aos moçambicanos—e que aqui se pode atribuir à população colonizada em geral—, mas que era igualmente pernicioso entre os portugueses, e o desconhecimento e a rejeição da arte em geral:

Se em relação aos moçambicanos, o desconhecimento pode ser explicado pelo facto de, no período em que mais se produziu e mais circulou esta literatura (1930-1974), a população ser analfabeta, no que concerne aos portugueses [...] principal destinatário desta literatura, [...], torna-se revelador tanto o desconhecimento como o processo de rejeição que persistem. (20)

Tendo em conta que as obras que se publicam—que as obras que são mencionadas e valorizadas, uma grande parte que nem sequer se podem inserir na designação de literatura—são quase sempre obras que fazem a propaganda do Império, e não a sua crítica, não é de espantar que ainda hoje no imaginário cultural português se sintam os efeitos de tais esforços: a glória dos Descobrimentos, a ideia da diferenciação entre o negro da África portuguesa e os outros e, por consequência, a diferença entre a colonização portuguesa e as outras. Todos estes ideogramas fazem ainda parte do Portugal que hoje se auto-intitula de pós-colonial. Embora o empenho dos agentes do Estado em promover a leitura, a circulação e transmissão da arte e cultura pudesse ter trazido algo de positivo—como seria o caso de um maior respeito e apreciação pela cultura do *outro*—na verdade, a ideologia imperial de que se revestem este tipo de obras é por si mesma antítese de igualdade literária e cultural. Ao lermos a secção “Artes e Letras Coloniais/ Ultramarinas” verificamos que o discurso colonial nela contido se reveste de várias especificidades, tais como, a de unificar a população em termos culturais, ganhar “as mentes e os corações” das populações colonizadas e instituir uma norma artística a seguir. Os artigos de Augusto Costa e António Alberto de Andrade demonstram a instrumentalização do Estado das instituições culturais e o aparato da comunidade artística tanto na metrópole como na colónia.

## Notas

---

<sup>1</sup> Sobre o Concurso de Literatura Colonial ver Noa 2002 e Sousa 2015.

<sup>2</sup> Para mais informação sobre luso-tropicalismo ver, por exemplo, Castelo 1998.

<sup>3</sup> Note-se aqui a influência de Gilberto Freyre que publicou duas das suas obras consideradas “fundadoras” do luso-tropicalismo antes dos anos cinquenta: *Casa Grande & Senzala* em 1933 e *O mundo que o português criou (aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colónias portuguesas)* em 1940.

<sup>4</sup> Sobre outras literaturas imperiais e a sua aplicação no contexto colonial ver, por exemplo, Boehmer 1998; Beekman 1988; Warmbold 1989.

**Referências Bibliográficas**

- Alexandre, Valentim. *Velho Brasil, Novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Edições Afrontamento, 2000. Impresso.
- Beekman, E. M. *An Anthology of Dutch Colonial Literature*. Amherst: The University of Massachusetts Press, 1988. Impresso.
- Boehmer, Elleke. *Empire Writing. An Anthology of Colonial Literature 1870-1918*. Oxford: Oxford University Press, 1998. Impresso.
- Boletim da Agência Geral das Colónias*, julho de 1925: 3-9. Impresso.
- Boletim da Agência Geral das Colónias*, janeiro de 1926: s/p. Impresso.
- Boletim Geral das Colónias*, abril 1945: 94-104. Impresso.
- Boletim Geral das Colónias*, junho, 1945: 306-13. Impresso.
- Boletim Geral das Colónias*, fevereiro, 1948: 52-56. Impresso.
- Boletim Geral das Colónias*, novembro, 1950: 43-48. Impresso.
- Boletim Geral do Ultramar*, agosto, 1951: 99-110. Impresso.
- Boletim Geral do Ultramar*, setembro-outubro, 1951: 111-22. Impresso.
- Boletim Geral do Ultramar*, agosto, 1953: 107-22. Impresso.
- Boletim Geral do Ultramar*, janeiro-fevereiro, 1961: 233-38. Impresso.
- Castelo, Cláudia. *O Modo Português de Estar no Mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento, 1998. Impresso.
- Léonard, Yves. "O Ultramar Português." *História da Expansão Portuguesa*. Vol V. Dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri. Navarra, Espanha: Círculo de Leitores, 1999. 31-50. Impresso.
- Noa, Francisco. *Império, Mito e Miopia. Moçambique como invenção literária*. Lisboa: Caminho, 2002. Impresso.
- Sousa, Sandra. *Ficções do Outro: Império, Raça e Subjectividade no Moçambique Colonial*. Lisboa: Esfera do Caos, 2015. Impresso.
- Warmbold, Joaquim. *Germania in Africa. Germany's Colonial Literature*. Peter Lang: New York, 1989. Impresso.